



imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANÇO DE 2020

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S.A. – IMESP
CNPJ 48.066.047/0001-84

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2020 foi desafiador para a Imprensa Oficial do Estado S.A. – Imesp, empresa vinculada à Secretaria de Governo do Estado de São Paulo. Além das consequências de uma pandemia que abalou as estruturas de todos os segmentos da sociedade e das adaptações na gestão de seus negócios para oferecer sempre o melhor ao seu público de interesse, a empresa vivenciou, desde 2019, o processo de incorporação pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – Prodesp, formalizado por meio da Lei estadual nº 17.056/2019.

Mesmo com a pandemia do novo coronavírus – covid-19, afetando a todos em nível global, e a adesão de 220 empregados ao Programa de Demissão Incentivada (PDI), foi possível manter, de forma presencial, remota e com a adoção de todas as medidas de segurança, as atividades essenciais que compõem nossos negócios.

A manutenção das operações exigiu das equipes multidisciplinares esforços em organização, medidas preventivas e estratégicas, que renderam à empresa crescimento adaptativo técnico e tecnológico para todos os setores.

Do ponto de vista da incorporação, é pertinente informar que essa natureza de movimentação entre organizações do Estado foi algo novo na administração pública, e teve como objetivo otimizar recursos e ampliar o alcance institucional que ambas as empresas podem promover. Conforme previsto, em outubro de 2020 a nova diretoria foi anunciada a todos os funcionários com total transparência, por meio de teleconferência.

Sobre a atuação de cada uma das áreas de negócios, destaque para a preocupação com a cibersegurança, presente nas atividades da Imprensa Oficial antes mesmo da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em setembro de 2020. A segurança e a validade jurídicas também foram priorizadas na emissão de documentos, diplomas digitais e impressos para instituições de Educação. Também merecem destaque dois importantes produtos comercializados pela empresa, diretamente ligados a esse tema: *Certificados Digitais e Assina.sp*, plataforma que permite a assinatura de documentos eletrônicos com validade jurídica de forma simples, segura, sustentável e de qualquer parte do mundo.

Sempre pautada pelos princípios da transparência, da austeridade e da autossustentabilidade, em 2020 a Imprensa Oficial consolidou a aplicação dos mecanismos de conformidade, gestão de riscos e de controle interno, principalmente com relação ao Código de Conduta e Integridade e ao Canal de Denúncias, seguindo as diretrizes públicas do Governo do Estado de São Paulo. Também foram adotadas medidas significativas, com o objetivo de manter o compromisso de equilíbrio de suas contas, preservando o desempenho e a qualidade dos seus produtos e serviços.

A Imprensa Oficial do Estado S.A. – Imesp manteve um conjunto de ações efetivas que contribuiu para o êxito de sua trajetória em 2020, alinhado ao Planejamento Estratégico e ao Sistema de Gestão da Qualidade da empresa, merecendo destaque: o controle de consumo de energia e de água, a troca do sistema de telefonia; o maior rigor no controle de perdas de chapas e papéis utilizados no processo produtivo do parque gráfico; o controle das metas de redução de ajustes de máquinas de impressão e acabamento; o acompanhamento diário dos apontamentos e o andamento dos trabalhos nos processos produtivos em tempo real. Essas medidas tiveram impacto positivo na gestão de custos da empresa.

Mesmo com o cenário econômico desfavorável, a Imesp atingiu em 2020 um faturamento total de aproximadamente R\$ 306 milhões, compreendendo as seguintes famílias de produtos e serviços: Diário Oficial, Gráfica, Editora e Produtos de Tecnologia.

Um ano desafiador traduzido em números e resultados, que denotam o compromisso com a transparência e a prestação de serviços de qualidade.

DIÁRIO OFICIAL | O Diário Oficial continua sendo produzido e disponibilizado gratuitamente, como ferramenta de transparência, publicidade, perenidade dos atos públicos governamentais e de informações de entes privados de interesses da sociedade. Em 2020 o Diário Oficial Eletrônico teve média de 285 mil pesquisas diárias, as quais geraram transmissão de aproximadamente 344 mil páginas certificadas digitalmente.

O faturamento do Diário Oficial de R\$ 219,5 milhões seguiu a tendência de manutenção nos valores, permanecendo a Política de Negócios da Imprensa Oficial determinada a não aplicar nenhum reajuste em seus preços de publicação.

Tendo em vista o início da vigência da Lei federal nº 13.818/2019, que desobriga, a partir de 2022, a publicação de atos societários antes exigidos pela Lei das Sociedades Anônimas, e sendo essa a principal fonte de receitas da empresa, diversos estudos e debates foram realizados de modo que o modelo de negócio da Imprensa Oficial possa ser repensado e adaptado ao mercado.

GRÁFICA | A realização do projeto Seduc da Secretaria Estadual da Educação resultou no ano a produção de 21 milhões de livros didáticos para os programas “Ler e Escrever”, “Educação Matemática nos Anos Iniciais – Emai”, “Ensino Médio”, “Ensino Integral”, “Simulado Enem”, “Inova”, “Centro de Estudos de Línguas” e “Educação Escolar Quilombola”, distribuídos para cerca de 4,4 mil pontos. Foram produzidas aproximadamente 5 mil toneladas de materiais.

Em um projeto com essa amplitude e importância social, o planejamento, subsidiado pelas lições aprendidas nos anos anteriores, e o monitoramento minucioso das atividades tornam-se fundamentais para o sucesso do projeto.

EDITORIA | Em 2020 a Editora Imprensa Oficial produziu e imprimiu 4 edições e 8 coedições, totalizando 12 títulos. Foram reimpressos livros esgotados e com demanda significativa de pedidos pelo mercado e leitores: *Cadernos de desenho, de Tarsília do Amaral, e Passagens, de Walter Benjamin* [no prelo]. O Dicionário de Machado de Assis, organizado por Ubiratan Machado e coedição com a Academia Brasileira de Letras e Imprensa Nacional de Portugal, também foi finalizado e aguarda impressão.

Entre as edições, destaque para as obras: *Coleção APL – perfis biográficos* [5 primeiros títulos]; *Muitas vidas em uma só: José Bonifácio*, por José Renato Nalini; e *Monteiro Lobato: pintor de palavras*, por Gabriel Chalita.

As vendas em 2020 na nossa livraria da Rua XV de Novembro, na Livraria Virtual e livrarias de terceiros ultrapassaram a marca de 5,4 mil livros.

PRODUTOS DE TECNOLOGIA | Nesse exercício, a Autoridade Certificadora Imprensa Oficial emitiu, pela cadeia ICP-Brasil, 51,5 mil certificados digitais (e-CPF e e-CNPJ) provenientes de suas Autoridades de Registro próprias e vinculadas e 132,7 mil certificados para equipamentos emissores de cupons fiscais (ECF-e) do projeto AC/Sefaz – SAT.

O projeto AC/Sefaz é uma iniciativa inédita que demandou planejamento e ações conjuntas entre a Imprensa Oficial e a Secretaria da Fazenda e consistiu na substituição dos equipamentos emissores de cupons fiscais (ECF-e) utilizados nos 600 mil estabelecimentos comerciais do Estado. Cada equipamento utiliza um certificado digital, garantindo a segurança das informações na emissão do cupom. Desde 2012 foram emitidos mais de 12 bilhões de cupons fiscais assinados por certificados digitais emitidos pela AC/Sefaz – SAT.

Em julho, a Imprensa Oficial do Estado do Amazonas foi credenciada como Autoridade de Registro (AR) da Autoridade Certificadora Imprensa Oficial.

Os sistemas de busca em nosso site garantem ao cidadão informações rápidas e precisas sobre licitações e contratos públicos, concursos, balanços de empresas, novas leis e decretos. Ao todo, foram realizadas cerca de 26 milhões de visitas ao site da Imprensa Oficial.

O serviço Jucesp on-line, que disponibiliza o acesso ao banco de dados da Junta Comercial de forma eletrônica, recebeu mais de 40,7 milhões de pesquisas e emitiu 9,7 milhões de fichas cadastrais.

Milhões de páginas de documentos foram digitalizados no projeto Digitalização Imprensa Oficial, com destaque para o trabalho realizado no acervo da Jucesp, com mais de 25 milhões de documentos digitalizados ao longo do ano.

No portal de assinatura digital assina.sp foram desenvolvidos projetos nas seguintes áreas:

Educação – Fornecimento da solução de assinatura de documentos eletrônicos – assina.sp, permitindo assim a geração do Diploma Digital. É o diploma na “palma da mão”, com validade legal, através do uso de celulares ou demais ferramentas móveis. Além disso, são impressos diplomas físicos na gráfica da Imprensa Oficial.

Prefeituras e Câmaras Municipais – Uso da plataforma assina.sp para assinatura de documentos diversos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE | A Imprensa Oficial se preocupa em promover ações de responsabilidade social e participa de projetos que valorizam a cidadania e a inclusão social.

Desde 1997 a empresa administra contratos para realização do programa Doação de Aparas e Materiais Inservíveis. Com a reciclagem de materiais utilizados na gráfica (aparas mistas e brancas de papel, chapas de alumínio etc.), além de questões ambientais, a iniciativa proporciona apoio para obras assistenciais. Nesse exercício foram doadas 1.226 toneladas de materiais revertidos em R\$ 639 mil, que foram divididos entre as instituições: Apae - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo; Fundação Dorina Nowill para Cegos; AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente; ICC - Instituto Criança Cidadã; e Fundação Antonio Prudente.

Em 2020 a Imprensa Oficial apurou o valor de R\$ 367 mil distribuídos entre os incentivos fiscais: Lei Rouanet, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo de Incentivo ao Idoso, Incentivo ao Desporto e Pronon – Programa de Apoio à Atenção Oncológica. Todos os repasses seguiram as determinações e indicações das respectivas secretarias estaduais, as quais administram as pastas de apoios de acordo com o tipo de fundo beneficiado, conforme determina o Decreto estadual nº 61.700/15.

AValiação da Diretoria | Em meados do terceiro trimestre de 2020 foi iniciado o processo de Avaliação dos Administradores e Membros de Comitês da Imprensa Oficial, conforme determinado na Deliberação Codec nº 4, de 29 de novembro de 2019.

O processo no exercício 2020 utilizou a metodologia e os formulários instituídos pela Deliberação Codec nº 4. A avaliação foi realizada no mês de setembro, quando todos os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Comitê de Auditoria Estatutário estavam há mais de três meses no exercício de suas funções, não restando qualquer membro de conselho ou administrador excluído da avaliação anual no exercício 2020.

O Departamento de Compliance da Imprensa Oficial é a área competente para conduzir o processo de Avaliação dos Administradores, conforme determinado pelo Conselho de Administração da empresa em sua 279ª reunião, realizada em 19 de dezembro de 2019, em atendimento ao artigo 9º da Deliberação Codec nº 4, de 29 de novembro de 2019.

Foram avaliados o Conselho de Administração de forma individual (autoavaliação) e coletiva (colegiado), a Diretoria de forma colegiada, os diretores (autoavaliação) e o Comitê de Auditoria Estatutário de forma colegiada. No momento da avaliação, o Conselho de Administração era composto por sete membros, a Diretoria por cinco membros e o Comitê de Auditoria Estatutário por três membros.

Conforme determinado no § 1º do artigo 7º da Deliberação Codec nº 4/2019, na avaliação da Diretoria, realizada pelo Conselho de Administração, o então diretor-presidente, Nourival Pântano Junior, não participou como avaliador dos membros da Diretoria.

Na apuração dos resultados, seguindo o estabelecido na referida deliberação Codec, todos os grupos avaliados obtiveram nota superior a 3,26.

CONCLUSÃO | Apesar do cenário desafiador de 2020, o nosso compromisso contínuo na busca do equilíbrio permitiu um desempenho consistente nas operações e resultados. O Balanço Patrimonial da Imesp comprova esses dados.

Além das demonstrações econômico-financeiras, as principais atividades, os produtos e serviços e o desempenho da empresa estão pormenorizados e podem ser conhecidos no Relatório Integrado de Sustentabilidade – 2020, publicado em nosso site corporativo.

A DIRETORIA

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

| Secretaria de Governo

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)							
Ativo	31/12/2020			31/12/2019			
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Nota	31/12/2020	31/12/2019	
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	123.418	155.286	Fornecedores	12	1.783	3.271
Clientes	5	18.591	10.375	Impostos e contribuições		5.290	5.676
Estoques	7	15.205	27.282	Adiantamento de clientes	13	581	405
Impostos a recuperar	8	1.878	2.089	Contas a pagar	12	9.452	8.028
Outros créditos	6	801	402	Provisão para férias		8.123	10.910
Despesas antecipadas		196	298	Provisão para imposto de renda		0	3.643
Total circulante		160.089	195.732	Total circulante		25.229	31.933
Não circulante							
Impostos diferidos	3.7	6.152	5.157	Provisão para contingências	3.4	14.841	11.457
Depósitos judiciais e cauções		1.495	1.589	Provisão para licença-prêmio	3.4.1	0	48
		7.647	6.746	Total do passivo não circulante		14.841	11.505
Patrimônio líquido							
Investimentos	9	593	533	Capital social	14	160.352	160.352
Imobilizado	10	23.171	36.188	Reserva legal	14	14.806	13.850
Intangível	11	34.998	4.428	Reserva de lucros	14	11.270	25.987
Total não circulante		66.409	47.895	Total patrimônio líquido		186.428	200.189
Total do ativo		226.498	243.627	Total do passivo		226.498	243.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação do capital social integralizado – em Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA BRUTA			
De produtos vendidos e dos serviços prestados	15	307.078	288.676
Impostos e deduções sobre vendas	15	(23.015)	(20.680)
Receita líquida	15	284.063	267.996
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	16 e 18	(121.051)	(106.693)
Lucro bruto		163.012	161.303
Receitas (despesas) operacionais			
Honorários da Diretoria e dos Conselhos de Administração/Fiscal e Editorial	19	(2.815)	(3.018)
Gerais e administrativas		(123.024)	(104.569)
Outras despesas operacionais		(10.518)	(7.500)
Outros Resultados – líquido		(87)	32
Lucro operacional antes do resultado financeiro		26.568	46.248
Resultado financeiro – líquido		(4.159)	(1.791)
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e da reversão dos juros sobre o capital próprio		22.409	44.457
Imposto de renda	18	(7.415)	(11.790)
Contribuição social	18	(2.768)	(4.433)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	18	12.226	28.234
Reversão dos juros sobre o capital próprio		6.900	16.708
Lucro líquido do exercício		19.126	44.942
Lucro líquido por ação do capital social integralizado – R\$		0,092	0,215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa originados de:	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	22.409	44.457
Ajustes patrimoniais:		
Depreciação	12.319	12.800
Resultado na venda de ativos permanentes	(10)	(32)
Reversão dos juros s/ capital próprio	6.900	16.708
Aumento/redução em contas a receber	(8.216)	7.739
Aumento/redução de estoque	12.077	(2.960)
Aumento/redução em impostos a recuperar	211	2.039
Aumento/redução em outros créditos	(399)	1.672
Aumento/redução em despesas pagas antecipadamente	102	(64)
Aumento/redução do realizável a longo prazo	(901)	743
Aumento/redução em fornecedores	(1.488)	(2.656)
Aumento/redução de impostos e contribuições	(385)	(528)
Aumento/redução de adiantamento de clientes	176	125
Aumento/redução em contas a pagar e provisões	1.972	(509)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(13.826)	(19.246)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	30.941	60.288
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Compra de imobilizado	(37.165)	(7.259)
Recebimento por vendas de Ativos Permanentes	10	32
Baixa do imobilizado	7.293	129
Aumento/redução de aquisição de Investimentos/Provisão	(60)	(121)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(29.922)	(7.219)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos/lucros aos acionistas	(32.887)	(141.202)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(32.887)	(141.202)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes	(31.868)	(88.133)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	155.286	243.419
Caixa e equivalente de caixa em 31/12/2020	123.418	155.286
	(31.868)	(88.133)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente Findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	19.126	44.942
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	19.126	44.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado – DVA dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

Demonstração do valor adicionado	2020	%	2019	%
1 - Receitas	308.758		293.810	
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços	308.845		293.778	
1.2 Não operacionais (ganhos e perdas de capital)	(87)		32	
2 - Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	96.813		77.132	
2.1 Matérias-primas consumidas	19.630		21.792	
2.2 Custo das mercadorias e serviços vendidos	35.309		13.405	
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	41.874		41.935	
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	211.945		216.678	
4 - Retenções	12.275		12.536	
4.1 Depreciação e amortização ativo permanente	12.390		12.621	
4.2 Amortização e exaustão	47		88	
4.3 Crédito PIS/Cofins sobre depreciação	(162)		(173)	
5 - Valor adicionado líquido produzido pela empresa (3-4)	199.670		204.142	
6 - Valor adicionado recebido em transferência	4.197		16.363	
6.1 Receitas financeiras	4.197		16.363	
7 - Valor adicionado a distribuir (5+6)	203.867		220.505	
8 - Distribuição do valor adicionado	203.867	100,00%	220.505	100,00%
8.1 Pessoal (excluindo INSS) colaboradores	144.484	70,87%	131.771	59,76%
8.2 Impostos, taxas e contribuições (incluindo INSS) governo	37.652	18,47%	41.254	18,71%
8.3 Juros e aluguéis terceiros	2.605	1,28%	2.538	1,15%
8.4 Juros sobre capital próprio e dividendos acionistas	6.900	3,38%	16.708	7,58%
8.5 Lucros retidos/prejuízo do exercício retido	12.226	6,00%	28.234	12,80%

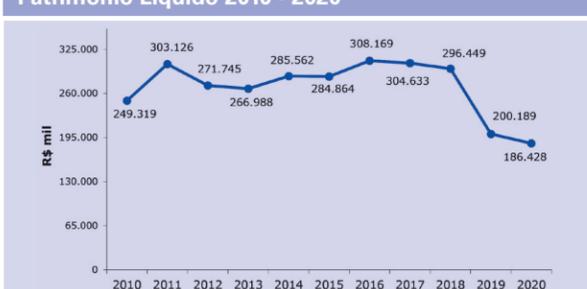
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

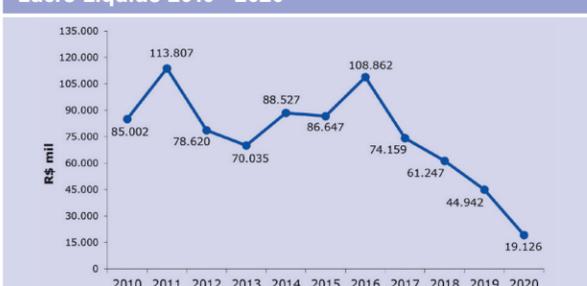
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	160.352	11.603	124.494	296.449
Lucro líquido do exercício	-	-	44.942	44.942
Destinação do lucro:				
Reserva Legal	-	2.247	(2.247)	-
Juros sobre o capital próprio no exercício de 2019	-	-	(16.708)	(16.708)
Dividendos pagos ref. exercício de 2018	-	-	(40.122)	(40.122)
Dividendos pagos ref. reserva de lucros retidos	-	-	(84.372)	(84.372)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	160.352	13.850	25.987	200.189
Lucro líquido do exercício após a Reversão-JRSCP	-	-	19.126	19.126
Destinação do lucro:				
Reserva Legal	-	956	(956)	-
Juros sobre o capital próprio no exercício de 2020	-	-	(6.900)	(6.900)
Dividendos pagos ref. exercício de 2019	-	-	(25.987)	(25.987)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	160.352	14.806	11.270	186.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Patrimônio Líquido 2010 - 2020



Lucro Líquido 2010 - 2020



Dividendos / Juros sobre Capital Próprio 2010 - 2020



Receita Líquida 2010 - 2020



Despesa Apropriada 2010 - 2020



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP é sociedade por ações, de capital fechado, tem seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35300054636 e a sede da Companhia fica na Rua da Mooca, 1.921, Bairro da Mooca, São Paulo, Brasil.

Constituiu objeto da empresa: I. editar, imprimir, distribuir e publicar, por qualquer meio – físico e/ou eletrônico – os Diários Oficiais e neles veicular as publicações determinadas por lei, de natureza pública e privada, inclusive as matérias de interesse de particulares de publicação obrigatória nos jornais oficiais;

II. manter sob sua permanente guarda e conservação as publicações veiculadas nos Diários Oficiais, pelos meios físicos e/ou tecnológicos mais apropriados, assegurando o acesso a qualquer interessado;

III. prestar serviços de autenticidade, certificação digital e mecânica, a pedido de qualquer interessado, de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações;

IV. promover e atualizar permanentemente serviços eletrônicos das publicações dos atos e documentos públicos e privados, assegurando o acesso a qualquer interessado, mediante os meios tecnológicos disponíveis;

V. prestar serviços de infraestrutura de chaves públicas, desempenhando o papel de Autoridade Certificadora e de Registro do Governo do Estado, podendo credenciar outros órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios e demais instituições de interesse público, como Autoridades Certificadoras e/ou Autoridades de Registro, prestando, inclusive, serviços de consultoria técnica aos credenciados, de treinamentos e de soluções eletrônicas com uso da certificação digital;

VI. prestar serviços de emissão de certificados digitais e de autenticidade com identificação biométrica a qualquer interessado;

VII. prestar serviços de gerenciamento eletrônico de documentos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios e demais instituições de interesse público, com a utilização de autenticidade e certificação digital e com a possibilidade de arquivamento físico e/ou eletrônico dos documentos;

VIII. prestar serviços e disponibilizar soluções com a infraestrutura necessária, mediante assinatura e autenticação com certificação digital e/ou identificação biométrica, para atender as necessidades de governo eletrônico, anuindo perenidade e segurança em processos eletrônicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios, e demais instituições de interesse público;

IX. editar e/ou coeditar publicações de interesse público e de difusão cultural, tais como livros, revistas, catálogos, coleções, dentre outros;

X. prestar serviços gráficos e/ou editoriais, utilizando-se de quaisquer meios físicos e/ou tecnológicos, para publicações de interesse público, tais como livros, revistas, catálogos, coleções, dentre outros, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios, e demais instituições de interesse público;

XI. a distribuição, diretamente ou por intermédio de terceiros, dos seus produtos e serviços;

XII. a prestação de serviços de comunicação, diretamente ou por intermédio de terceiros, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios, e demais instituições de interesse público; e

XIII. a capacitação e o aperfeiçoamento profissional de seus empregados.

Parágrafo primeiro - A publicação dos atos oficiais do Estado, na hipótese do inciso I, será gratuita. **Parágrafo segundo** - A Imprensa Oficial, na execução dos serviços objeto deste Estatuto, visará à preservação do meio ambiente.

1.1 INCORPORAÇÃO DA IMESP PELA PRODESP

Com a divulgação do Projeto de Lei nº 01/2019, já no dia 1 de janeiro de 2019, e posteriormente com a promulgação da Lei Estadual nº 17.056 de 5 de junho de 2019, que autoriza a incorporação da Imprensa Oficial pela PRODESP, as diretrizes estratégicas da empresa precisaram ser revistas para que a incorporação seja realizada em consonância com esse novo contexto e da forma adequada, trazendo os benefícios esperados pelo Governo do Estado e sem prejuízo de qualidade no atendimento ao cidadão.

Do ponto de vista da incorporação, é pertinente informar que essa natureza de movimentação entre organizações do Estado foi algo novo na administração pública, e teve como objetivo otimizar recursos e ampliar o alcance institucional que ambas podem promover.

Desde o anúncio feito em janeiro de 2019, gestores da IMESP adotaram como plano de trabalho iniciativas diversas de transição como medidas conjuntas com a Prodesp, grupos de discussão e o Programa de Desligamento Incentivado (PDI), que teve adesão de 220 empregados.

Prosseguimos com os passos para a condução do já citado processo de incorporação. Conforme previsto, a partir de outubro de 2020, a nova diretoria da empresa foi anunciada a todos os funcionários com total transparência, por meio de teleconferência.

1.2 PROGRAMA DE DESLIGAMENTO INCENTIVADO – PDI

Outro ponto relevante foi a aprovação do Programa de Desligamento Incentivado – PDI, da Imprensa Oficial, pelo Secretário da Fazenda e Planejamento e Presidente da Comissão de Política Salarial – CPS, por meio do Despacho CPS nº 053/2019, em 20 de dezembro de 2019. Referido programa foi instituído na empresa em 3 de fevereiro de 2020 e totalmente finalizado em novembro de 2020.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas contábeis estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em consonância com a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade para elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a posse foi passada nesse prazo de tal forma que todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu para o comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia;
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade;
- Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira da demonstração do resultado.

3.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo e direito contratual.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro e caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativo financeiro a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um significativo risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

Contas a receber – ativo financeiro

As contas a receber – ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de publicações, da receita financeira e dos serviços de operação, classificados como “recebíveis” e registrado a valor justo.

Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*), sendo que, neste exercício não houve necessidade de ajuste, pois não apresentou indícios de que os ativos tenham perdido representatividade econômica, considerada relevante. Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado de caixa futuro.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido com uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação da data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão contábil para contingência trabalhista e cível é atualizada trimestralmente, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente de risco de desembolso nas demonstrações contábeis, sendo constituída para contingência às ações classificadas como prováveis.

Os valores da contingência classificada como possível são oriundos do Relatório Jurídico, baseados no andamento de cada processo no momento de sua classificação.

A empresa efetuou Provisão de 5 Processos Tributários junto a RFB que constam com Inexigibilidade Suspensa. Sendo 4 deles referente a compensação de tributos com crédito de IPI e um único referente a compensação de tributos com saldo negativo de CSLL. O montante provisionado é R\$ 3.423.762,79. Junto a RFB, a empresa possui 8 processos com status Ativo em andamento, que encontram-se vinculados aos processos de inexigibilidade suspensa.

Contingência R\$ mil	Remota	Possível	Provável	Contingência Total
TRABALHISTA	2.617	2.234	11.328	16.179
CÍVEL	13.091	12.298	89	25.478
TRIBUTÁRIA	0	0	3.424	3.424

Demonstração da movimentação

	R\$ mil	
	2020	2019
Saldo inicial	11.457	10.152
Adições	5.320	5.783
Baixas	(1.936)	(4.478)
Saldo final no exercício	14.841	11.457

3.4.1 Provisão para Licença-Prêmio

O valor referente a provisão com Licença-Prêmio no montante de (R\$48 mil em 2019), sendo que para o exercício de 2020 o saldo desta conta foi zerado, devido a esta contingência ter sido totalmente liquidada.

3.5 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Fornecedores: incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.
- Dividendos: São reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

3.6 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Tributação

Impostos sobre a receita:

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PASEP) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3,00% e 7,6%;
- INSS (Desoneração da Folha de Pagamento) – 1,5%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional federal de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240.000 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, onde créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes sobre o lucro ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas conhecidas, sobre as adições e exclusões tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros.

	R\$ mil	
	2020	2019
Imposto de Renda Diferido	4.661	3.907
Contribuição Social Diferida	1.491	1.250
Total	6.152	5.157

3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.9 Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumulados. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.11 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, conforme política descrita na nota explicativa nº 13.

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período. Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros retidos relativos a exercícios anteriores.

3.12 Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado - DVA, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	2020	2019
Caixa	27	23
Bancos	0	3
Aplicações financeiras	123.391	155.260
Total	123.418	155.286

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas por fundos de investimentos financeiros no montante de R\$123 milhões (R\$155 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Em relação a redução do saldo das disponibilidades no exercício em 2020 (R\$31,8 milhões) é decorrente do repasse de recursos deliberados em AGO/CONS ADM-2020 aos acionistas, para pagamento de valores referentes ao lucro do exercício de 2019 e dos Juros sobre o Capital Próprio por conta do resultado do exercício/2020, totalizando o montante de R\$32,8 milhões, conforme demonstrado na DMPL.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros relativa às contas a receber de clientes circulante, é avaliada por metodologia de classificação dos clientes que considera o tempo de cadastro do cliente, e seu histórico de pagamentos, resultando na classificação dos ativos financeiros. Os depósitos em bancos e aplicações financeiras estão classificados como baixo risco para curto prazo.

5 – CLIENTES

	R\$ mil	
	2020	2019
Secretarias do Estado de São Paulo	8.940	2.290
Agências, jornais e anunciantes	5.043	3.080
Prefeituras	2.756	3.051
Empresas públicas	691	819
Fundações, autarquias, institutos e agências reguladoras	590	319
Entidades de classe e terceiro setor	454	446
Poder Legislativo e Ministério Público	115	213
Universidades	68	80
Livrarias	5	7
Outros clientes	354	563
Subtotal	19.016	10.868
(-) Ordens de pagamentos bancárias a identificar	(425)	(493)
Total	18.591	10.375

O prazo médio de recebimento de créditos é inferior a 90 dias. Referem-se a valores a receber de clientes e quando julgado necessário serão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para impairment de contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A Companhia possui uma Política de Crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatíveis com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidas. A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando: informações cadastrais; informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos (status histórico e status instantâneo); informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações; garantias apresentadas e visita de crédito (conforme relevância da operação).

No decorrer do exercício de 2020 a Companhia, apurou e certificou-se da necessidade de efetuar ajustes com baixa administrativa de títulos antigos vencidos a longas datas, registrado em conta Clientes, perfazendo um saldo de R\$164 mil, reconhecendo esse total como "Perda no Recebimento de Crédito", dedutível como despesas para determinação de Lucro Real.

6 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, conforme item "8 – Prestação e Divulgação de Informações" de sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com o inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/2016.

a. Saldos a Receber

Os saldos a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados na rubrica "Clientes", no Ativo Circulante, detalhados no item 5 destas Notas Explicativas.

b. Cessão de pessoal

A Companhia possuía funcionários cedidos a entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, devidamente autorizados pelos órgãos competentes, registrados na rubrica "Outros Créditos", no Ativo Circulante, sendo que esses gastos, até o exercício de 2018 eram integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Contudo, em 31/12/2020 ainda apresentava saldo remanescente de créditos a receber.

A composição desse saldo a receber vem demonstrada a seguir:

	R\$ mil	
	2020	2019
Secretaria da Casa Civil	40	133
Subtotal I	40	133
Adiantamento a empregados	621	159
IPI a Receber	133	91
Outros Créditos	7	19
Subtotal II	761	269
Total da Conta	801	402

7 – ESTOQUES

	R\$ mil	
	2020	2019
Produtos acabados	4.403	4.881
Produtos em elaboração	6.852	10.764
Matérias-primas	2.752	4.738
Estoques em poder de terceiros	724	6.228
Peças e materiais diversos	1.167	1.594
Subtotal	15.898	28.205
(-) Provisão p/ redução ao valor de mercado	(693)	(923)
Total	15.205	27.282

Os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisições ou produção e a metodologia de apuração do valor de mercado está em conformidade com o CPC 16.

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$121.051 em 2020 (R\$106.693 em 31 de dezembro de 2019).

8 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	R\$ mil	
	2020	2019
IPI a recuperar	47	604
ICMS a recuperar	618	923
C.S.L.L. Lucro Real a Compensar	1.210	562
INSS - retenção	3	0
Total	1.878	2.089

10 – IMOBILIZADO

	Taxa de Depreciação (%)	R\$ mil						2020
		2019	Adições	Transferência				
				Entrada	Saída	Baixa	Impairment	
Terrenos	-	2.884	-	-	-	-	-	2.884
Edifícios	4	24.725	-	-	-	-	-	24.725
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 e 20	113.218	3.071	-	-	(6.831)	(6.616)	102.842
Instalações	10 e 20	37.797	-	2.748	-	(8)	-	40.537
Móveis e utensílios	10 e 20	9.114	10	-	-	(22)	-	9.102
Veículos	10 e 25	891	-	-	-	-	-	891
Outros bens de uso	10	643	-	-	-	-	-	643
Bens desativados	-	442	-	-	-	(442)	-	-
Imobilizações em andamento/inoperantes	-	2.714	140	-	(2.748)	-	-	106
Subtotal		192.428	3.221	2.748	(2.748)	(7.303)	(6.616)	181.730
Depreciação acumulada		(156.240)	(8.945)	-	-	6.626	-	(158.559)
Total		36.188	(5.724)	-	-	(677)	(6.616)	23.171

10.1 Baixa de Ativo Imobilizado – Impairment Goss Urbanite

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é a entidade que tem como objetivo analisar, organizar e emitir os Pronunciamentos Técnicos sobre os processos da Contabilidade e divulgar informações sobre o assunto.

CPC nº 27 – Ativo Imobilizado. O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para os ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores da depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

Está disposto num dos principais pontos desse Pronunciamento, que trata da baixa de um bem do ativo imobilizado. "O valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ser baixado: por ocasião de sua alienação ou substituição; quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com sua utilização ou alienação";

De forma bastante resumida, a impressora rotativa Goss Urbanite foi adquirida em agosto de 1981, sendo o fornecedor a empresa RockWell International Graphic Systems.

A impressora era o que de mais moderno havia no ramo industrial gráfico quanto a capacidade de produção e qualidade, o que atendeu plenamente a necessidade de ampliação e desenvolvimento do parque gráfico da Imprensa Oficial.

Em maio de 2017 a impressora rotativa Goss Urbanite deixou de rodar os exemplares impressos do Diário Oficial do Estado de São Paulo e está ociosa desde então.

Com a evolução da chamada "Era Digital" e diversos documentos legais que tiraram a obrigatoriedade da publicação de forma impressa, concluiu a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, em seu Relatório de Apoio nas Atividades de Incorporação da Imesp pela Prodesp (página 9). "Isso posto, não vemos outro uso econômico possível para esses equipamentos no Estado além da impressão de jornal. Desde o momento em que se tornou inativa, em 2017, nenhum de seus públicos-alvo surgiu como alternativa de reativação, o que mostra a dificuldade em se buscar outros impressos. Cabe lembrar que a Imprensa Oficial, por razões estatutárias, atende apenas ao poder público (municipal, estadual e federal) e às instituições de interesse público, como fundações e organizações não governamentais (ONGs)";

PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	AQUISIÇÃO	VR. RESIDUAL	OBS (FIPE)
I-13992-000	Encadernadora	13/11/2012	27.133,66	Cotação de 2020, sem previsão de perda
I-13993-000	Perfuradora	13/11/2012	30.983,66	Cotação de 2020, sem previsão de perda
I-13999-000	Maq. Costura	15/01/2013	126.000,00	Cotação de 2020, sem previsão de perda
I-14000-000	Guilhotina	28/01/2013	127.400,32	Cotação de 2020, sem previsão de perda
I-14001-000	Guilhotina	28/01/2013	127.400,32	Cotação de 2020, sem previsão de perda
I-14712-000	Guilhotina	06/01/2014	159.466,47	Cotação de 2020, sem previsão de perda
I-14980-000	Encapadeira	01/08/2014	2.234.976,09	Cotação de 2020, sem previsão de perda
I-14980-001	Encapadeira	29/09/2014	957.847,00	Cotação de 2020, sem previsão de perda
I-14980-002	Encapadeira	29/09/2014	341.326,06	Cotação de 2020, sem previsão de perda
I-15947-000	Dobradeira	16/01/2018	636.018,60	Sem avaliação, porem funcionando normalmente.
TOTAL			4.768.552,18	

São valores de créditos apurados superiores aos débitos após as devidas apurações e passíveis de compensações a serem usadas como descontos no pagamento de impostos futuros e de mesma cadeia tributária.

• **IPI a recuperar**
Saldo remanescente do imposto a recuperar em exercício seguinte no montante de R\$ 47 mil, quando, serão realizadas as solicitações de compensações por meio de PER/DCOMP - Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação.

• **ICMS a recuperar**
Saldos provenientes de impostos a recuperar quando da elaboração e apuração de impostos a recolher.

• **CSLL – Lucro Real a compensar**
Saldos a compensar, proveniente do cálculo de saldo negativo apurado no Lucro Real Anual a recuperar, mediante compensação com tributos de mesma natureza.

9 – INVESTIMENTOS

	R\$ mil	
	2020	2019
FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste	1.726	1.726
FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia	1.632	1.632
FRRM – Fundo Rumo Malha Norte S.A.	289	289
Projeto Áudio Visual	0	30
Obras de Arte	56	56
Subtotal	3.703	3.733
(-) Provisão para perdas	(3.110)	(3.200)
Total	593	533

As provisões para perdas em 2020 (R\$3.110) são constituídas tendo como parâmetro a cotação de preço Bovespa na data de 31/12/2020, para os seguintes fundos de investimentos:

FINOR	- (R\$1.673)
FINAM	- (R\$1.292)
RUMO MALHA NORTE	- (R\$ 145)
PROVISÃO PARA PERDA	- (R\$3.110)

A FIPE, no mesmo relatório, mencionado acima, conclui. "Considerando o mercado atual de gráficas com as mudanças tecnológicas transformando a forma de consumo de meio físico para digital, agravados pela pandemia e; considerando a especificidade dessa máquina em particular, voltada para impressão de jornais de alta paginação, entendemos a dificuldade da empresa em obter de forma confiável um preço estimado pelo qual uma transação de venda pudesse ser feita. Essa alienação certamente será um processo muito específico. Assim, entendemos que haja sustentação para desconsiderar tais despesas e preço alternativo de venda."

A baixa contábil foi tema de parecer técnico contábil, com os demais e devidos pareceres e laudos necessários foi aprovada, pela Diretoria Colegiada, a baixa contábil do bem ativo imobilizado com número de controle patrimonial I-02286-000 Rotativa Goss Urbanite por Impairment e seus respectivos complementos, com base no mês de dezembro do exercício de 2020, no valor total de R\$ 6.616.033,60.

10.2 – Demais itens da gráfica - Redução ao valor recuperável

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é a entidade que tem como objetivo analisar, organizar e emitir os Pronunciamentos Técnicos sobre os processos da Contabilidade e divulgar informações sobre o assunto.

O **CPC nº 1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**, por sua vez, traz orientações sobre a metodologia a ser utilizada para estudo, preparo e emissão do registro contábil dos ativos de uma empresa.

De acordo com o próprio CPC nº 1. "O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação."

Utilizamos conclusões da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, em seu Relatório de Apoio nas Atividades de Incorporação da Imesp pela Prodesp.

Até o exercício de 2019 todos os testes relevantes de impairment foram feitos regularmente e registrados em planilha própria de controle.

De todos os itens patrimoniais da gráfica fora a unidade geradora de caixa Rotativa Goss Urbanite, foram selecionados para serem analisados 10 equipamentos, que terão valor residual além de 31/12/2020 e representam cerca de 72% de todos os itens da gráfica, com valor residual.

Esses 10 equipamentos, com base em dezembro/2020, têm valor residual no montante de R\$ 4.768.552,18.

Segundo a norma contábil (CPC nº 1 – Redução ao valor recuperável de ativos, “impairment”).

(a) A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Uma das indicações pode ser uma mudança significativa:

(b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou

ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado; (item 12, CPC nº 1).

Com o advento da pandemia em pleno curso, mudanças importantes poderiam ter ocorrido, com consequências no mercado. A Imesp levantou as cotações junto aos fornecedores para dar suporte aos valores em uso ou a eventuais ajustes, para os itens selecionados, concluindo que todos os equipamentos têm valor de mercado superior ao registrado contabilmente.

11 – INTANGÍVEL

	Taxa de depreciação (%)	2019	Adições	R\$ mil				2020
				Transferência				
				Entrada	Saída	Baixa	Impairment	
Software	20 e 50	38.113	3.246	698	-	(34.246)	-	7.811
Adiant. p/ implantação de software	-	698	30.698	-	(698)	-	-	30.698
Subtotal		38.811	33.944	698	(698)	(34.246)	-	38.509
Amortização acumulada		(34.383)	(3.374)	-	-	34.246	-	(3.511)
Total		4.428	30.570	-	-	-	-	34.998

A empresa firmou Contrato (Nº 0045/2020 com a Prado Chaves Arquivos e Sistemas Ltda. em 27/01/2020, para atendimento do Convênio GSSP/ATP 003118 quanto ao desenvolvimento do Banco de Dados do IIRGD (Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt). Todo montante do Contrato está sendo incorporado ao Intangível em Desenvolvimento, pois as atividades realizadas pela empresa contratada são necessárias para a constituição do Banco de Dados, que faz parte do desenvolvimento de serviços a serem prestados. O enquadramento como ativo intangível obedece aos requisitos do CPC no 4 (R1). A expectativa de Receita proveniente do investimento, tem previsão de início no segundo semestre de 2021.

12 – CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

	R\$ mil	
	2020	2019
Fornecedores	1.783	3.271
Contas a pagar	9.452	8.028
Total	11.235	11.299

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Contudo, não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes.

13 – ADIANTAMENTO CLIENTE - SERVIÇO ELETRÔNICO

O saldo em 31/12/2020 é de R\$ 580.485,40 e é composto de créditos dos clientes do E-Commerce para agendamentos nos ARs (Autoridades de Registro) da empresa para a emissão dos Certificados Digitais: E-CPF e E-CNPJ. O cliente entra no site do E-Commerce seleciona o produto a ser adquirido, efetua o pagamento e agenda no dia e hora desejado. Quando do comparecimento do cliente em nossas unidades de atendimento, o adiantamento é baixado e apropriada a receita com a emissão da RPS e Nota Fiscal Eletrônica.

14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social e direito das ações

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2020 é de R\$160,3 milhões, estando representado por 208.718.358 (duzentos e oito milhões, setecentos e dezoito mil, trezentos e cinquenta e oito) ações ordinárias sem valor nominal.

16 – CUSTOS, DESPESAS E RECEITAS

São reconhecidos e contabilizados pelo regime de competência do exercício com base nos valores contratados.

	Comparativo do Custo/Despesas e Receita Líquida – (R\$ mil)				
	2020	2019	Var. %		
Custo/Despesas	R\$ 263.729	100,0%	R\$ 240.574	100,0%	9,6%
Custo dos produtos vendidos	121.051	45,90%	106.693	44,4%	13,4%
Despesas com vendas e marketing	5.794	2,20%	7.924	3,3%	(26,9)%
Despesas administrativas	120.046	45,52%	99.664	41,4%	20,4%
Despesas Financeiras	7.317	2,77%	17.191	7,1%	(57,4)%
Outras despesas operacionais	9.521	13,61%	9.102	3,8%	4,6%
	2020	2019			Var. %
Receita Líquida	R\$ 284.063	R\$ 267.996			6,0%

17 – CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

Composição da despesa de IRPJ e CSLL	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	22.409	44.457
Diferenças temporárias/permanentes líquidas	1.427	1.202
Imposto de renda e contribuição social	(11.610)	(17.425)
	(10.183)	(16.223)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(11.178)	(16.674)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	995	451
	(10.183)	(16.223)
Alíquota efetiva sobre o lucro líquido	45,44%	36,49%

18 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração, adotando os princípios apresentados pelo pronunciamento que trata das informações por Segmento, definiu os segmentos operacionais reportáveis da Companhia com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, a qual é responsável pela alocação

de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas. Assim, estes foram segmentados em dois grandes grupos de produtos:

- Produtos jornalísticos
- Produtos gráficos

	Em 31 de dezembro de 2020 – (R\$ mil)				
	Produtos Jornalísticos	Produtos Gráficos	Outras	Corporação	Total
Receita líquida	210.824	52.092	21.147	-	284.063
(-) CPV	(18.236)	(79.526)	(23.289)	-	(121.051)
Lucro bruto	192.588	(27.434)	(2.142)	-	163.012
Despesas com vendas	(4.212)	(1.109)	(473)	-	(5.794)
Despesas Administrativas e outras	-	-	-	(130.650)	(130.650)
Resultado financeiro	-	-	-	(4.159)	(4.159)
Imposto sobre lucro	-	-	-	(10.183)	(10.183)
Lucro (prejuízo) líquido	188.376	(28.543)	(2.615)	(144.992)	12.226

	Em 31 de dezembro de 2019 – (R\$ mil)				
	Produtos Jornalísticos	Produtos Gráficos	Outras	Corporação	Total
Receita líquida	216.547	34.514	16.935	-	267.996
(-) CPV	(19.805)	(67.859)	(19.029)	-	(106.693)
Lucro bruto	196.742	(33.345)	(2.094)	-	161.303
Despesas com vendas	(6.290)	(1.080)	(554)	-	(7.924)
Despesas Administrativas e outras	-	-	-	(107.131)	(107.131)
Resultado financeiro	-	-	-	(1.791)	(1.791)
Imposto sobre lucro	-	-	-	(16.223)	(16.223)
Lucro (prejuízo) líquido	190.452	(34.425)	(2.648)	(125.145)	28.234

A Companhia optou por não apresentar o lucro, ativos e passivos separadamente para cada um dos segmentos operacionais em que atua, visto que os mesmos compartilham a estrutura de custos indiretos, despesas administrativas e de vendas.

19 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS ESTATUTÁRIOS

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros eleitos em Assembleia Geral Ordinária e os diretores estatutários. A remuneração dos administradores é composta por honorários fixos, participações nos resultados e benefícios. Os montantes incorridos estão integralmente registrados no resultado do exercício nos montantes abaixo detalhados:

	Nº de Membros	R\$ mil	
		31/12/2020	31/12/2019
Honorários da Diretoria	5	1.006	1.156
Benefícios – bonificação	-	461	528
Subtotal Honorários da Diretoria		1.467	1.684
Honorários – Conselho Fiscal	5	285	264
Honorários – Conselho de Administração	7	549	509
Honorários – Conselho Editorial	7	95	89
Honorários – Comitê Auditoria Estatutária	3	419	472
Subtotal Honorários do Conselho		1.348	1.334
Total dos Honorários		2.815	3.018

20 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a classificação dos ativos financeiros por categoria são as seguintes:

	Recebíveis	R\$ mil		
		31/12/2020	A valor justo por meio do resultado	31/12/2019
Caixa e equivalentes	-	123.418	123.418	155.286
Impostos compensáveis	-	1.878	1.878	2.089
Despesas antecipadas	-	196	196	298
Ativo financeiro	18.591	-	18.591	10.375
Total	18.591	125.492	144.083	168.048

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a classificação dos passivos financeiros por categoria são as seguintes:

	R\$ mil	
	31/12/2020	31/12/2019
Passivos financeiros	Total	Total
Fornecedores e contas a pagar	11.235	11.299
Salários e encargos	8.123	10.910
Impostos e obrigações fiscais	5.250	9.319
Total	24.608	31.528

Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que são próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

GESTÃO DE RISCOS ESTRUTURA DO GERENCIAMENTO DE RISCO

A Imesp avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

RISCO OPERACIONAL – Risco Operacional Risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O risco operacional inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela IMESP, bem como sanções em razão de descumprimento de

dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo IMESP. A avaliação do risco legal é realizada de forma contínua.

RISCO DE LIQUIDEZ – Risco de liquidez é o risco de a IMESP encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da IMESP.

RISCO DE MERCADO – Risco de mercado é possibilidade de a IMESP não conseguir negociar a preço de mercado seus produtos ou serviços transacionados em razão de alguma descontinuidade no mercado.

21 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros e riscos diversos para os bens do imobilizado era de R\$ 116,7 milhões, conforme quadro abaixo:

COBERTURAS - RAMOS/TIPOS	IMPORTÂNCIA SEGURADA R\$ mil
Básica: Incêndio, queda de raio dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, explosão de gás, ou explosão de qualquer aparelhos, substância ou produtos.	113.887
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos.	1.480
Danos elétricos	1.139
Roubo/Furto de bens	114
Roubo/Furto de valores em mãos	10
Roubo/Furto de valores interior do estabelecimento	10
Fidelidade	5
Responsabilidade Civil das Operações	114
Total da Importância Segurada	116.759

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros, Acionistas e Diretores da
IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. – IMESP
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. – IMESP** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. – IMESP**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Incorporação e Programa de Desligamento Incentivado

Conforme mencionados na nota explicativa número 1, “contexto operacional” item 1.1, que menciona a Lei Estadual nº. 17.056 de 5 de junho de 2019. A Lei publicada autoriza o Poder Executivo a adotar providências relacionadas à incorporação da Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Outro assunto tratado no item 1.2, da mesma nota explicativa, refere-se à aprovação do Programa de Desligamento Incentivado – PDI, emitido pela Secretária da Fazenda e Planejamento, através do Despacho CPS nº 053/2019, de 20 de dezembro de 2019, instituído na IMESP em fevereiro de 2020 e totalmente finalizado em novembro de 2020. As demonstrações financeiras acima referidas não contemplam determinação do valor de componentes específicos ou de todos os componentes do balanço patrimonial de uma entidade em processo de incorporação. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. – IMESP**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 07 de fevereiro de 2020 com opinião sem modificação sobre estas demonstrações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é

um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 04 de março de 2021.



CRC2SP023856/O-1

STAFF AUDITORIA E ASSESSORIA
Roberto Araújo de Souza
CTCRC 1SP242826/O-3

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA – EXERCÍCIO SOCIAL 2020

Do Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE da Imprensa Oficial do Estado S.A. – Imesp, constituído em 28/9/2018 conforme o termo de posse dos membros eleitos na 263ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, é um órgão de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da empresa, supervisionando os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Imesp. Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do CAE, o comitê é composto, atualmente, por três membros, sendo um deles membro independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê.

O CAE não é responsável pelo planejamento ou pela condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis da empresa sejam completas e exatas e estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa responsabilidade é da administração e dos auditores independentes.

No cumprimento das responsabilidades descritas em seu Regimento Interno, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

De acordo com o estabelecido no artigo 27 do Estatuto Social da Imesp, compete ao Comitê: (I) referendar a escolha do responsável pela auditoria interna, propor sua destituição ao Conselho de Administração e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos; (II) analisar as demonstrações financeiras; (III) promover a supervisão e a responsabilização da área financeira; (IV) garantir que a Diretoria desenvolva controles internos efetivos; (V) garantir que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e os auditores independentes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da Diretoria e da auditoria interna; (VI) zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade da empresa; (VII) avaliar a aderência das práticas empresariais ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; (VIII) monitorar os procedimentos apurativos de infração ao Código de Conduta e Integridade, bem como os eventos registrados no Canal de Denúncias. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da empresa, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê reúne-se quinzenalmente em sessões ordinárias.

No exercício de 2020, o Comitê realizou 24 sessões ordinárias, 5 reuniões com Diretores, 2 reuniões com o Conselho Fiscal e 2 reuni-

ões com auditores externos. A cada reunião do Conselho de Administração da empresa são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê por meio do relatório de *report* mensal. Entre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar a abordagem dos seguintes temas: (a) discussão do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020; (b) conhecimento e discussão do Relatório de Auditoria Independente – Staff Auditoria e Assessoria – referente ao período findo em 31 de dezembro de 2020, bem como das revisões das Informações Trimestrais – ITR de 2020 referentes às demonstrações financeiras dos quatro trimestres; (c) os cenários de cobertura dos riscos e as propostas de trabalho 2020 da Auditoria Interna; (d) a discussão e acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna da empresa durante o ano e seus indicadores, conforme plano aprovado pelo Comitê, bem como o sistemático acompanhamento do *status* das ações corretivas; (e) o acompanhamento dos resultados dos *follow-ups* dos trabalhos da Auditoria Interna; (f) o acompanhamento do reporte das denúncias recebidas por meio do Canal de Denúncias, bem como *status* dos respectivos processos de apuração; (g) o acompanhamento de ofícios de órgãos reguladores recebidos pela empresa e das respostas apresentadas; (h) análise do contrato da auditoria externa; (i) acompanhamento das movimentações das contingências e provisões; (j) discussão do Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes sobre o sistema de controles internos e dos eventuais planos de ação para resolução das questões apontadas; (k) os reportes trimestrais das ações relacionadas à gestão integrada de riscos. Os ajustes propostos pelo CAE e aceitos pela empresa estão evidenciados nas notas explicativas de nos 8, 10.1 e 13.

Demonstrações contábeis de 2020

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto em seu Regimento Interno, realizaram o exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório da Staff Auditoria e Assessoria, sem ressalva, e do Relatório Anual da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O Comitê acompanhou as etapas do processo de Incorporação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo – Imesp, pela Cia. de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp, que teve sua deliberação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 18/12/2020, nos termos do Protocolo de Justificação de Incorporação.

Considerando as análises, estudos e debates realizados durante as reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê, os membros do CAE julgam que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas demonstrações contábeis auditadas relativas a 31 de dezembro de 2020, recomendando a sua aprovação ao Conselho de Administração da Companhia e seu encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas para as devidas deliberações.

São Paulo, 5 de março de 2021.

MARCELO DINIZ DE PAULA ROCHA

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE

CARLA CRISTINA DE OLIVEIRA POLETTI

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE

ANA GILDA DE BARROS BASÍLIO MENDES

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. - IMESP, representado pelos seus membros que este subscrevem, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas notas explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 04 de março de 2021, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 09 de março de 2021

HELIO FUMIO KUBATA

JOÃO HENRIQUE POIANI

OMAR CASSIM NETO

JOSÉ ALEXANDRE PEREIRA DE ARAÚJO

VERA HELENA VILLAÇA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. - IMESP, representado pelos seus membros que este subscrevem, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas notas explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 04 de março de 2021, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 10 de março de 2021.

FERNANDO LUIZ RAMOS POMPEIA - Presidente

JOÃO GERMANO BÖTTCHER FILHO

CARLOS ANDRE DE MARIA DE ARRUDA

MARCELO DINIZ DE PAULA ROCHA

ADRIANO CANDIDO STRINGHINI

PAULO HENRIQUE CARDOSO

CÉLIA MARIA SILVA CARVALHO

IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. – IMESP
CNPJ 48.066.047/0001-84

CARLOS ANDRE DE MARIA DE ARRUDA

Diretor Presidente

Acumulando a Diretoria de Gestão de Negócios

JORGE ÁGUEDO DE JESUS PERES DE OLIVEIRA FILHO

Diretor Vice-Presidente

IZABEL CAMARGO LOPES MONTEIRO

Diretora Administrativa e Financeira

Acumulando a Diretoria Industrial

AIRTON CORREIA DE ANDRADE

Gerente Financeiro

ROSANA ULIANO GUIMARÃES

Contadora – CRC SP - 130827/O-5